RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014
AES ELPA S.A.

Prezados Acionistas,

A Administração da AES Elpa S.A. ("AES Elpa" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Perfil

A AES Elpa é constituída como uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia possui o controle acionário da empresa Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A ("AES Eletropaulo") com 77,81% das ações ordinárias e 30,97% do capital total. Por sua vez, a AES Elpa é controlada pela Companhia Brasiliana de Energia que detém 98,26% de seu capital total.

Desempenho Econômico-Financeiro

O prejuízo líquido apurado em 2014, no valor de R$ 88,1 milhões, reflete principalmente o resultado negativo da sua controlada AES Eletropaulo.

As perdas com equivalência patrimonial da Companhia no montante de R$ 87,9 milhões são explicadas pela piora nos resultados da controlada AES Eletropaulo, que apresentou prejuízo líquido de R$ 131,7 milhões em 2014, ante lucro líquido de R$ 198,2 milhões em 2013. Os principais fatores que explicam a variação no desempenho da subsidiária são:

(i) Efeito negativo na receita bruta, devido principalmente à:

a. amortização do passivo regulatório formado por conta da postergação do 3RTP[1] no montante de R$ 563,8 milhões em 2014, R$ 198,8 milhões maior do que o valor registrado em 2013 (R$ 365,0 milhões)

b. restituição de R$ 162,8 milhões no 2S14 referente ao ativo possivelmente inexistente; parcialmente compensados por:

c. maior receita de energia vendida no curto prazo, no montante de R$ 803,9 milhões, em função da sobrecontratação da controlada AES Eletropaulo no 2S14; e

d. aumento de 7,6% (R$ 548,7 milhões) na receita de fornecimento em função do reajuste tarifário ocorrido em julho de 2014, combinado ao crescimento do mercado;

(ii) Aumento de 27,1% nos custos e despesas operacionais, excluindo depreciação, que totalizaram R$ 9.498,2 milhões em 2014, impulsionado principalmente pelo:

e. incremento de 41,3%, equivalente a R$ 2.187,1 milhões, no custo com energia comprada para revenda; parcialmente compensado por:

f. redução de 2,3% (R$ 37,8 milhões) no PMSO reportado em 2014, no montante total de R$ 1.602,4 milhões.

[1] Revisão Tarifária Periódica

Mesmo com o reconhecimento do ativo regulatório líquido[2], em dezembro de 2014, no montante de R$ 270,5 milhões, a controlada AES Eletropaulo apresentou redução no Ebitda de 34,7%, ou R$ 253,2 milhões em comparação a 2013.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do calculo do Ebitda deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: prejuízo líquido em 2014 (R$ 131,8 milhões) e lucro líquido em 2013 (R$ 198,7 milhões), acrescidos dos tributos sobre o lucro (R$ 64,6 milhões em 2014 e R$ 111,4 milhões em 2013), das despesas financeiras líquidas em 2014 (R$ 201,9 milhões) e das receitas financeiras líquidas em 2013 (R$ 15,9 milhões) e das depreciações e amortizações (R$ 470,5 milhões em 2014 e R$ 435,6 milhões em 2013) totalizando, conforme acima, R$ 476,1 milhões em 2014 e R$ 729,3 milhões em 2013.

Remuneração aos acionistas

Em função do resultado negativo apresentado no ano de 2014 não há proposta de distribuição de dividendos.

Dividendos 2014 (R$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2014	**(88,1)**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	16,4
Dividendos e JSCP prescritos até 31.12.14	1,3
Ajuste por conta de dividendos e JSCP prescritos de controladas	1,9
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	68,4
Constituição de Reserva Legal (5%)	
Base para distribuição de dividendos	**-**
Dividendos intermediários já distribuidos	-
Juros sobre Capital Próprio já destinados	-
Dividendos complementares propostos	**-**
Destinação para Reserva Especial	**-**

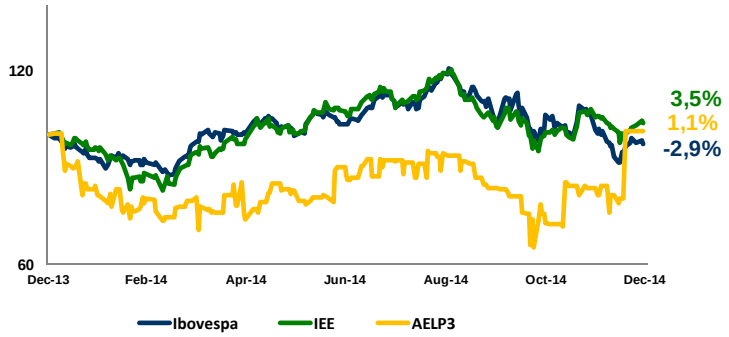
Mercado de Capitais

As ações ordinárias da AES Elpa (AELP3) encerraram 2014 cotadas a R$ 9,34, uma alta de 1,1%, enquanto o Ibovespa desvalorizou 2,9% e o IEE (Índice de Energia Elétrica) registrou alta de 3,5%. A ação ordinária da Companhia foi negociada em 152 dos 248 pregões realizados na BM&FBovespa ao longo do ano.

Os dados de liquidez mostram a realização de 705 negócios, envolvendo cerca de 0.46 milhões de ações ordinárias, com volume médio diário de R$ 22,9 mil no mercado à vista. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da AES Elpa era de R$ 887,8 milhões.

[2] De acordo com a Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, e com a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que garante à AES Eletropaulo indenização, quando da extinção da concessão, dos valores registrados na Conta de Compensação dos Valores de Itens de "Parcela A" – CVA.

AES Elpa x Ibovespa x IEE



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2014, a Aes ELPA utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes do contrato desse serviço encontram-se abaixo:

(i) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 10 de abril de 2014.

O valor total do serviço descrito acima soma R$ 10.495,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e equivale a 40,59% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015.